

Palácio dos Bandeirantes

Av. Morumbi, 4.500 - Morumbi - CEP 05698-900 - Fone: 3745-3344

Nº 88– DOE – 10/05/19 - seção 1 – p. 1

#### DECRETO Nº 64.224, DE 9 DE MAIO DE 2019

Transfere e reorganiza a Câmara Técnica Estadual de Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Estado de São Paulo, instituída pelo Decreto nº 54.295, de 4 de maio de 2009, e dá providências correlatas

JOÃO DORIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**Decreta:**

Artigo 1º - A Câmara Técnica Estadual de Implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher no Estado de São Paulo, instituída pelo Decreto nº 54.295, de 4 de maio de 2009, fica transferida da Casa Civil para a Secretaria da Justiça e Cidadania e reorganizada nos termos deste decreto.

Parágrafo único – Fica o Secretário da Justiça e Cidadania designado gestor das ações, projetos e atividades aprovados no âmbito do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher e implementados no Estado de São Paulo.

Artigo 2º - A Câmara Técnica de que trata este decreto terá as seguintes atribuições:

- I – propor e elaborar metas e ações de enfrentamento à violência contra as mulheres;
- II – deliberar sobre a destinação dos recursos federais destinados à implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher;
- III – definir as microrregiões e municípios-polo para implementação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher;
- IV – acompanhar, monitorar e avaliar o cumprimento das metas propostas e da execução do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher;
- V - formular seu regimento interno.

Artigo 3º - A Câmara Técnica será composta por 16 (dezesesseis) membros, designados por resolução do Secretário da Justiça e Cidadania, na seguinte conformidade:

- I – o Gestor Executivo, escolhido pelo Secretário da Justiça e Cidadania;
- II – representantes, indicados pelos Titulares das Pastas respectivas:
  - a) 2 (dois) da Secretaria da Segurança Pública, sendo um oriundo dos quadros da Polícia Civil e outro dos quadros da Polícia Militar do Estado de São Paulo;
  - b) 1 (um) da Secretaria da Administração Penitenciária;
  - c) 1 (um) da Secretaria da Justiça e Cidadania;
  - d) 1 (um) da Secretaria de Desenvolvimento Social;
  - e) 1 (um) da Secretaria da Saúde;
  - f) 1 (um) da Secretaria da Educação;
- III – 1 (um) representante do Núcleo de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, indicado pela Secretaria da Justiça e Cidadania;
- IV – 2 (duas) representantes da sociedade civil, indicadas pelo Conselho Estadual da Condição Feminina;
- V – 1 (uma) representante do Conselho Estadual da Condição Feminina, indicada por este colegiado.

§ 1º - O Poder Judiciário, o Ministério Público do Estado de São Paulo e a Defensoria Pública do Estado de São Paulo serão convidados para fazer parte da Câmara Técnica, podendo cada um destes órgãos indicar um representante.

§ 2º - Os Municípios poderão se fazer representar na Câmara Técnica nos termos do regimento interno de que trata o inciso V do artigo 2º deste decreto, sendo assegurada a participação de representante do Município interessado em determinado projeto, em sessão deliberativa e, também, um assento permanente, de ocupação rotativa, a ser definido pelo regimento interno.

Artigo 4º - A Câmara Técnica funcionará nas dependências da Secretaria da Justiça e Cidadania, que prestará o apoio administrativo necessário para o desempenho das atividades.

§ 1º - A Câmara Técnica será coordenada pelo Gestor Executivo referido no inciso I do artigo 3º deste decreto, a quem caberá acompanhar, orientar e fiscalizar as ações, projetos e atividades aprovados no âmbito do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher e implementados no Estado de São Paulo.

§ 2º - As reuniões ordinárias serão mensais e convocadas pelo Gestor Executivo, sem prejuízo de outras convocações efetuadas nos termos do regimento interno.

§ 3º - As funções de membro da Câmara Técnica não serão remuneradas, mas consideradas como serviço público relevante.

§ 4º - A Câmara Técnica poderá convidar representantes de outros órgãos da Administração Pública e da sociedade civil para acompanhar ou participar dos trabalhos.

Artigo 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial:

I – o Decreto nº 54.295, de 4 de maio de 2009;

II – o Decreto nº 56.735, e 7 de fevereiro de 2011;

III – o Decreto nº 56.734, de 7 de fevereiro de 2011.

Palácio dos Bandeirantes, 9 de maio de 2019

JOÃO DORIA

*Paulo Dimas Debellis Mascaretti*

Secretário da Justiça e Cidadania

*João Camilo Pires de Campos*

Secretário da Segurança Pública

*Nivaldo Cesar Restivo*

Secretário da Administração Penitenciária

*Celia Kochen Parnes*

Secretária de Desenvolvimento Social

*José Henrique Germann Ferreira*

Secretário da Saúde

*Rosseli Soares da Silva*

Secretário da Educação

*Antonio Carlos Rizeque Malufe*

Secretário Executivo, Respondendo pelo Expediente da Casa Civil

*Rodrigo Garcia*

Secretário de Governo

Publicado na Secretaria de Governo, aos 9 de maio de 2019.